

O que o Brasil pode ganhar dos credores

Há alguma margem para a obtenção de melhores condições no acordo de reescalonamento de nossa dívida externa, o que não exclui o mérito do trabalho realizado pelo Sr. Afonso Celso Pastore nos últimos dias do Governo anterior.

Naquele momento, segundo sustenta o prof. Marcílio Marques Moreira, Pastore tratava com os bancos sem qualquer retaguarda, falando em nome de um Governo em fim de mandato, que havia descumprido seis Cartas de Intenção. Ainda assim, ele conseguiu evitar uma ruptura nos entendimentos e deixou registrado um documento que pode ser aperfeiçoado, mas é um razoável ponto de partida para as negociações atuais.

Devemos, segundo Marcílio Moreira, adotar como método o que San Thiago Dantas chamava de "avanços por conquista aluvional". Estamos agora em condições de abordar aspectos que não estavam ao alcance de Pastore. E certamente haveremos de retomar negociações outras vezes, em momentos oportunos, ao longo dos anos de vigência do acordo.

Um dos aspectos a reformular agora é certamente o fluxo de pagamentos por conta de spreads. O documento deixado por Pastore prevê que o montante de pagamentos nesta conta é decrescente ao longo dos anos: pagaremos mais nos primeiros anos e menos nos últimos — o que é ilógico e indesejável.

Quem é banqueiro internacional deve ter a sensibilidade de perceber que o Brasil está em fase de recomposição de sua identidade política e econômica, que temos de domar um déficit orçamentário gigantesco e, simultaneamente, refazer a estrutura institucional do País. Não é certamente a hora de acentuar os sacrifícios.

O México, segundo lembra Marcílio Moreira, recebeu dos bancos um tratamento diferente. O spread mexicano é uniforme, ao longo de todo o período, enquanto o nosso — em razão da mecânica diferente que foi fixada — acarreta montantes decrescentes de pagamentos. A diferença foi justificada pelo elevado grau de complicações que o sistema mexicano requereu. No caso brasileiro, a mudança representaria refazer contratos com cerca de 800 bancos em todo o mundo — mas para isto existem os especialistas.

É importante reduzir os encargos que teremos de pagar nos primeiros anos do acordo. Mas Marcílio vê outras oportunidades no que se refere ao prazo de carência, à chamada "monitoração" de nossa economia e à inclusão dos contratos da chamada Fase 2.

Pelo que conhece do Fundo Monetário e de seus dirigentes, Marcílio Moreira não pode crer que possa partir daí qualquer obstáculo aos interesses brasileiros. O que é efetivamente necessário é que eles se convençam de que se trata de interesse legítimo, necessário à recuperação brasileira — pois essa recuperação não é interesse somente do próprio Brasil: é também do FMI e dos dirigentes dos bancos credores que desejam recuperar o grande cliente que voltaremos a ser.

Não lhe parece provável, por isso, que haja qualquer questão fechada, por exemplo, quanto à meta de taxa de inflação. Qualquer observador da economia brasileira sabe que as elevadas taxas de inflação que tivemos nos primeiros meses do ano resultam da explosão monetária do ano passado e que essa pressão continuará atuando algum tempo. O atual Governo está fazendo tudo o que pode, mas não pode se responsabilizar pelo passivo de elevados índices nos três primeiros meses do ano.

Parece-lhe, por isso, válido que os entendimentos visem o futuro e não o passado e que se procure trabalhar em cima de previsões para os próximos 12 meses, não se considerando períodos vencidos.